

Sumário

Federal	2
Acre.....	2
Alagoas	2
Amapá	2
Amazonas	3
Bahia	3
Ceará.....	3
Distrito Federal	4
Espírito Santo.....	4
Goiás	4
Maranhão.....	4
Mato Grosso	4
Mato Grosso do Sul.....	5
Minas Gerais	5
Pará.....	5
Paraíba	6
Paraná.....	6
Pernambuco.....	6
Piauí	7
Rio de Janeiro	7
Rio Grande do Norte	7
Rio Grande do Sul	8
Rondônia	8
Roraima.....	8
Santa Catarina	8
São Paulo.....	8
Sergipe.....	9
Tocantins	9

Federal

- [Lei Federal nº 12.305/2010](#) - Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS)
- [Decreto Federal nº 10.936/2022](#) – Regulamenta a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).
- [Decreto Federal nº 11.413/2023](#) - Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem - Recicla+ e regulamenta o mercado de certificados de reciclagem.

Acre

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Alagoas

- [Lei Estadual nº 7.749/2015](#) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e regulamenta a Logística Reversa de embalagens.

Amapá

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Amazonas

- [Lei Estadual nº 4.457/2017](#) – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
- [Decreto Estadual nº 41.863/2020](#) – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e coloca a logística reversa de embalagens em geral em destaque.
- Em 30/10/2020 foi assinado [Termo de Compromisso de Logística Reversa](#) com a Federação das Indústrias do Estado (FIEAM), SEMA e IPAAM trazendo a solução por certificados, lastreados em Notas Fiscais para cumprimento das obrigações de Logística Reversa no estado.
- O MPF (Ministério Público Federal), o MP-AM (Ministério Público do Estado do Amazonas) e o MPC (Ministério Público de Contas) enviaram ao IPAAM uma recomendação conjunta, para condicionar a renovação de licença de operação dos empreendimentos no estado, à comprovação da Logística Reversa.

Bahia

- [Lei Estadual nº 12.932/2014](#) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Ceará

- [Lei Estadual nº 16.302/2014](#) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Distrito Federal

- [Lei Distrital nº 5.418/2014](#) - Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos.

Espírito Santo

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Goiás

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Maranhão

- [Lei Estadual nº 11.326/2020](#) – Estabelece a obrigatoriedade da implantação de um sistema de logística reversa para recolhimento, dentre outros produtos, das embalagens pós consumo compostas por plástico, metal, vidro, aço, papel, papelão ou embalagens mistas, cartonadas, laminadas ou multicamadas.
- [Decreto Estadual nº 36.918/2021](#) - concede 80% de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para indústrias que utilizarem matéria-prima secundária (reciclada)

Mato Grosso

- [Decreto Estadual nº 113/2023](#) – Define as diretrizes para a implementação, a estruturação e a operacionalização do sistema de logística reversa de embalagens em geral no Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso do Sul

- [Decreto Estadual nº 15.340/2019](#) – Estabelece as diretrizes para a implantação e a implementação da logística reversa de embalagens em geral.
- [Resolução SEMADE nº 33/2016](#) - Estabelece as diretrizes e procedimentos para análise e aprovação das propostas dos Sistemas de Logística Reversa.
- Em 25/08/2020 foi assinado [Termo de Compromisso de Logística Reversa](#) com a Federação das Indústrias do Estado (FIEMS), IMASUL e SEMAGRO trazendo a solução por certificados, lastreados em Notas Fiscais para cumprimento das obrigações de Logística Reversa no estado.

Minas Gerais

- [Lei Estadual nº 18.031/2009](#) - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Pará

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Paraíba

- [Decreto Estadual nº 43.346/2022](#) - Define as diretrizes para a implementação, a estruturação e a operacionalização do sistema de logística reversa de embalagens em geral.

Paraná

- [Lei Estadual nº 19.261/2017](#) - Cria o Programa Estadual de Resíduos Sólidos Paraná Resíduos. Ministério
- [Lei Estadual nº 20.607/2021](#) – Institui o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná - PERS/PR
- [Resolução Conjunta SEDEST/IAT nº 20/2021](#) – Cria a plataforma digital Contabilizando Resíduos e obrigatoriedade de cadastro e envio do Plano de Logística Reversa (PLRs) e dos Relatórios Comprobatórios do Plano de Logística Reversa (RCPLRs).
- [Resolução Conjunta SEDEST/IAT nº 22/2021](#) – Estabelece diretrizes para a implementação e a operacionalização da responsabilidade pós consumo e estabelece o procedimento para incorporação da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental do Estado.

Pernambuco

- [Lei Estadual nº 14.236/2010](#) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

- [Decreto Estadual nº 54.222/2022](#) - Define as diretrizes para a implementação, a estruturação e a operacionalização do sistema de logística reversa de embalagens em geral.

Piauí

- [Decreto Estadual nº 20.498/2022](#) – Estabelece a obrigatoriedade e define as diretrizes para a implementação, a estruturação e a operacionalização do sistema de logística reversa de embalagens em geral no estado.

Rio de Janeiro

- [Lei Estadual nº 8.151/2018](#) - Institui o sistema de logística reversa em âmbito estadual.
- [Resolução SEAS nº 13/2019](#) - Exige das empresas o preenchimento do Plano de Metas e Investimentos (PMIn) para o financiamento da Logística Reversa de Embalagens e Resíduos de Embalagens no estado, e o Ato Declaratório de Embalagens (ADE).
- [Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 09](#) - Cria grupo de trabalho (GT), referente à logística reversa no âmbito do Licenciamento Ambiental.

Rio Grande do Norte

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Rio Grande do Sul

- [Lei Estadual nº 14.528/2014](#) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Rondônia

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduo Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Roraima

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Santa Catarina

- [Lei Estadual nº 17.900/2020](#) - Institui o Selo Logística Reversa de Resíduos Sólidos.
- [Portaria IMA N° 21/2019](#) - Estabelece as condições de utilização do Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos no Estado de Santa Catarina.

São Paulo

- [Lei Estadual nº 12.300/2006](#) – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

- [Decreto Estadual nº 54.645/2009](#) – Regulamenta dispositivos da Lei estadual nº 12.300.
- [Resolução SMA 45/2015](#) – Define as diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
- [Lei municipal nº 17.471/2020](#) – Estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo.
- [Decisão de Diretoria \(DD\) da Cetesb nº 127/2021](#) - Atualiza o “Procedimento para a demonstração do cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental” no estado de São Paulo.
- Em Maio de 2018 foi assinado [Termo de Compromisso de Logística Reversa](#) com a Federação das Indústrias do Estado (FIESP), CIESP, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA); pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e por Associações nacionais e Sindicatos estaduais.

Sergipe

- [Lei Estadual nº 5.857/2006](#) - Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- O Estado não possui legislação própria sobre logística reversa. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.

Tocantins

- O Estado não possui legislação própria. Atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos decretos estabelecidos nacionalmente.